



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

19 DE MARÇO DE 1996

Boa-noite.

Na semana passada, eu estive no Japão. Vi reafirmada a confiança que os países hoje depositam em nós. Queria dizer-lhes que sinto orgulho de ser brasileiro.

Tenho visto lá fora, não apenas no Japão, mas também em outros países que visitei, as conseqüências positivas da decisão que o povo brasileiro tomou, de acabar com a inflação.

Além do respeito ao País, reacendeu o interesse e até mesmo o entusiasmo em conceder-nos financiamentos para projetos importantes e em dar ao Brasil um papel relevante nos investimentos internacionais.

Basta dizer que todas as empresas automobilísticas instaladas no País estão ampliando a sua produção e as suas instalações. E empresas até há pouco ausentes, como a Renault, a Mercedes, na fabricação de autos, a Honda e outras mais, decidiram investir no País.

Tudo isso vai gerar empregos, especialmente com a retomada das obras de energia, de telecomunicações e com o aumento da renda

agrícola que esperamos para 1996. É um começo consistente de retomada do crescimento econômico e da luta contra o desemprego.

Mais importante ainda: estudos de órgãos respeitáveis, como o IBGE e o IPEA, mostram que, pela primeira vez em muitas décadas, produziu-se uma verdadeira redistribuição de renda. A participação da parcela mais pobre da população na renda aumentou 1,2%. Isso representa 7,3 bilhões de reais distribuídos entre 10 milhões de famílias. O consumo de alimentos subiu, em média, 30%. O consumo de proteínas aumentou. O de eletrodomésticos também.

A contrapartida desses avanços será a necessidade de reestruturar muitas empresas. Os bancos, por exemplo, que lucraram em 1994 cerca de 10 bilhões de reais com a inflação, porque ganhavam com o dinheiro depositado em suas contas, perderam 96% desse ganho em 1995.

Esse é mais um exemplo de que a política do Governo beneficia os pobres, e não os ricos. As taxas de juros já caíram cerca de 50%, nos últimos 12 meses. Isto vai beneficiar quem produzir, e não quem especular.

Para garantir a estabilidade de alavancar o crescimento, qualquer país precisa ter um sistema financeiro sólido. Por isso nós queremos corrigir as distorções que existem em nosso sistema. Essa preocupação, aliás, não é só nossa. É de todos os grandes países do mundo.

Poucas pessoas estão bem informadas sobre duas medidas recentes que o Governo tomou para fortalecer o sistema financeiro: o Proer e o seguro de depósito.

Algumas pessoas mal informadas, outras de má-fé, dizem que essas medidas beneficiam os banqueiros. Estão erradas. O seguro de depósito foi criado para defender a sua conta nos bancos: as contas dos funcionários, dos trabalhadores, dos aposentados, dos empresários, enfim, de milhões de brasileiros que têm conta em banco.

Já o Proer foi criado para garantir um sistema financeiro saudável. O seu objetivo é facilitar a transferência do controle dos bancos em dificuldade para instituições mais competentes e sólidas. Com isso, o banco pode continuar aberto e o seu depósito é preservado.

De onde vêm os recursos do Proer? Eles vêm do próprio sistema financeiro, dos depósitos dos bancos junto ao Banco Central, e não do Tesouro. Os recursos não são dados para salvar banqueiro falido, como alguns dizem. São empréstimos sobre os quais são pagos juros e só são concedidos contra garantias reais.

É, portanto, uma afirmação de má-fé dizer que o Governo está tirando dinheiro da educação, da saúde, para socorrer banqueiros. Esse dinheiro não pertence ao Governo e, portanto, não poderia ser usado para aqueles fins.

Quero dizer também que as fraudes, de que tanto se fala, foram apuradas por este Governo, pelo Banco Central. E é novo que, no Brasil, uma administração tenha sido tão dura com os que desperdiçam ou desviam dinheiro dos clientes. O Governo expôs com clareza ao País o que aconteceu e enviou à Procuradoria os inquéritos, para que a Justiça, com objetividade e rigor, defina a pena para os culpados.

O Governo, por todos esses motivos, sente-se à vontade para falar ao País e para explicar os seus atos. Não há escândalos a encobrir nem pessoas a proteger.

A continuidade da boa administração, da lisura nos gastos do País, da respeitabilidade, até internacional, do Brasil requer que se mantenha o clima de tranqüilidade e de compostura em que vivemos hoje; requer que se corrijam distorções que vêm de décadas e que, só com a queda da inflação, foi possível enxergar e começar a corrigir.

Para que esse clima favorável ao País continue, é preciso, também, que sejamos firmes na continuação das reformas.

Já colhemos os primeiros resultados da estabilização. Sua continuidade agora depende de alcançar o que os economistas chamam de equilíbrio fiscal, ou seja, como o pai de família, não podemos gastar mais do que recebemos.

Agora, uma coisa é certa: dinheiro não se inventa. Ou melhor, quando alguém tenta inventá-lo, faz a moeda falsa da inflação. Dinheiro se obtém produzindo, trabalhando e, no caso do Governo, coletando impostos. Alguém sempre paga. Esse alguém é você, o contribuinte.

Vou mencionar o exemplo do funcionalismo federal. Em 1992, o gasto com o funcionalismo foi de 14 bilhões de reais. Em 1995, o Governo gastou isso só para pagar aos aposentados. Em 1996, só o pagamento aos aposentados poderá chegar a 22 bilhões de reais. E quem paga isso é você.

Por isso, precisamos acabar com os gastos desnecessários, com os desperdícios e com privilégios. Por isso, o Governo precisa que o Congresso aprove as emendas da Previdência, da administração e a reforma tributária.

O que o Governo quer com a reforma da Previdência?

Primeiro, corrigir injustiças e eliminar privilégios; segundo, criar condições para evitar o déficit público; por fim, assegurar que os aposentados, no futuro, continuem recebendo os seus proventos com, pelo menos, o mesmo valor real de hoje.

Fiquem, portanto, tranquilos, aposentados e pensionistas. Seus direitos já adquiridos serão respeitados integralmente. E o Governo atual – que não se beneficiará dessa reforma, pois seus efeitos serão de médio prazo – zelarà para que, no futuro, você não perca com a volta da inflação nem corra o risco de ter uma Previdência quebrada.

E eu pergunto: até quando você está disposto a pagar por privilégios?

Por que alguém, no serviço público, pode aposentar-se com a idade de 40 anos, recebendo salário integral e, muitas vezes, até mais do que quando estava em atividade, e você não?

Isso é justo?

É isso que o projeto do Governo e do Relator, Deputado Temer, deseja acabar daqui para frente: acabar com as injustiças, assim como com todas as aposentadorias especiais injustificadas.

É justo que alguém contribua para a Previdência durante 15 anos e, depois, aposentando-se cedo, ganhe mais 20 anos sem trabalhar? E, ainda mais: cada vez que o funcionário fizer um curso e melhorar a sua produtividade, é justo que o inativo tenha direito ao mesmo aumento, sem nada ter feito para isso?

É para corrigir essas injustiças que a reforma da Previdência está sendo proposta. É um primeiro passo para assegurar que, no futuro,

continuará havendo condições para manter nossa moeda forte e para que haja menos desigualdade no tratamento dos brasileiros.

Depois dela virá a reforma administrativa. O propósito é o mesmo: permitir que o Governo possa gerir com mais flexibilidade o pessoal administrativo. Embora respeitando, como se deve, os direitos e os interesses dos funcionários, vai coibir abusos, ociosidade e desinteresse no atendimento ao povo. Mas vai também permitir que o Governo possa premiar os bons funcionários, que são a grande maioria.

Em seguida, virá a reforma tributária para cortar os impostos de exportação, para aliviar a carga tributária dos agricultores, reduzir os impostos de importação de máquinas e, sobretudo, facilitar o combate à sonegação.

É por isso que estou tão empenhado nas reformas. Elas são necessárias ao País. Na campanha, eu me comprometi com elas e recebi a maioria dos votos válidos. Agora, eu quero cumprir a minha promessa.

É por isso que tenho, incessantemente, recorrido ao Congresso, negociando democraticamente com o Congresso, com os partidos, com os sindicatos, com a sociedade brasileira.

Chegou a hora da verdade. Nós temos caminhos pela frente: um, sem as reformas, é a volta ao passado, que nós já conhecemos, de instabilidade, de clientelismo, de corporações privilegiadas e de inflação galopante; o outro, com as reformas, em que eu e você acreditamos, é a aposta no nosso futuro, na democracia, numa moeda forte, no crescimento da renda e na sua distribuição e no fim dos privilégios.

Eu confio em nosso Congresso, confio em que ele saberá escolher o caminho das reformas, em sintonia com o desejo do povo brasileiro.

Muito obrigado.